

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA NO DIA 25 DE MARÇO DE 2019
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS –
CIAMA**

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
CNPJ/MF N. 00.624.961/0001-77
NIRE: 1330000490-8

Data, hora e local – Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e dezoito, às nove horas e trinta minutos (9h30min), na sede social da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS – CIAMA**, na Avenida Tefé, 3279 – Japiim, Manaus, Estado do Amazonas.

Presenças – Sr. **ANTONIO ALUIZIO BRASIL BARBOSA FERREIRA**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da cédula de identidade nº 068089-3 SSP AM, inscrito no CPF/MF sob o nº 007.005.332-49, residente e domiciliado na Avenida Mário Ypiranga, 1939 – Condomínio Carlos Drummond de Andrade, Apto. 702 – Adrianópolis, CEP 69057-002, em Manaus-AM; Sr. **MARCUS VINICIUS CAVALCANTI ALBANO DE SOUZA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/AM 2520, portador da cédula de identidade nº 770000 SSP/AM e inscrito no CPF/MF sob o nº 013.045.237-80, residente e domiciliado na Avenida Via Láctea, 669, Conjunto Morada do Sol, Condomínio Residencial Vista do Sol, Torre Mirante, apto. 302, Aleixo, CEP 69060-085 em Manaus-AM; e Sr. **ANTÔNIO GILSON NOGUEIRA DE SOUZA**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade nº 471.102 SESEG/AM e inscrito no CPF/MF sob o nº 153.304.352-34, residente e domiciliado na Rua Carlos Drummond de Andrade, 89, Conjunto Nova República, Japiim II, CEP 69077-778, na cidade de Manaus-AM.

Publicações – Dispensada a formalidade da publicação de editais em face do disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76.

Ordem do dia – a) Exame, discussão e emissão de parecer sobre as demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; b) o que ocorrer.

Deliberações – Conforme ordem do dia, foi deliberado o que segue: após examinar as Demonstrações Financeiras concernentes ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2018, devidamente auditadas pela empresa CASS Auditores Independentes, os conselheiros emitiram o seguinte parecer: “Os abaixo assinados, membros do Conselho Administração da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CIAMA, no exercício de suas funções, examinaram as contas da Companhia correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e decidiram aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2018 da Companhia.”

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que lida e achada irretocável por todos os presentes, segue assinada pelos presentes. Manaus, 25 de março de 2019.


ANTONIO ALUIZIO BARBOSA FERREIRA
Presidente do Conselho de Administração


MARCUS VINICIUS CAVALCANTI ALBANO DE SOUZA
Membro titular do Conselho de Administração


ANTÔNIO GILSON NOGUEIRA DE SOUZA
Membro titular do Conselho de Administração

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA NO DIA 25 DE MARÇO DE 2019
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS –
CIAMA**

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
CNPJ/MF N. 00.624.961/0001-77
NIRE: 1330000490-8

Data, hora e local – Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e dezoito, às nove horas e trinta minutos (9h30min), na sede social da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS – CIAMA**, na Avenida Tefé, 3279 – Japiim, Manaus, Estado do Amazonas.

Presenças – Sra. **MARIA DA CONCEIÇÃO GUERREIRO DA SILVA**, brasileira, viúva, contadora, inscrita no CRC-AM nº 07984-0, portadora da cédula de identidade nº 0533593-0 SESEG/AM e inscrita no CPF/MF sob o nº 114.807.422-87, residente e domiciliada na Rua B-24 (Rua Antero de Quental), Conj. 31 de março II, nº 23, Japiim, CEP 69068-000, na cidade de Manaus-AM; Sr. **ROZENDO GALDINO DA SILVA FILHO**, brasileiro, solteiro, economista, portador da cédula de identidade nº 136055 SSP RR, inscrito no CPF/MF sob o nº 602.675.692-20, residente e domiciliado na Rua Noca Cabral dos Anjos, nº 1, casa 25, Condomínio Nature Village – Aleixo, CEP 69000-000, em Manaus-AM; Sr. **LUIZ OTÁVIO DA SILVA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 9.036 – OAB/AM, e inscrito no CPF/MF sob o nº 983.548.096-68, residente e domiciliado na Avenida Cecília Meireles, Conj. Residencial Ponta Negra II, Rua D, Casa 247, CEP 69.037-071, Ponta Negra, em Manaus-AM.

Publicações – Dispensada a formalidade da publicação de editais em face do disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76.

Ordem do dia – a) Exame, discussão e emissão de parecer sobre as demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; b) o que ocorrer.

Deliberações – Conforme ordem do dia, foi deliberado o que segue: após examinar as Demonstrações Financeiras concernentes ao Exercício findo em

31 de dezembro de 2018, devidamente auditadas pela empresa CASS Auditores Independentes, os conselheiros emitiram o seguinte parecer: “Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CIAMA, no exercício de suas funções, examinaram as contas da Companhia correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e decidiram aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2018 da Companhia.”

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que lida e achada irretocável por todos os presentes, segue assinada pelos presentes. Manaus, 25 de março de 2019.


MARIA DA CONCEIÇÃO GUERREIRO DA SILVA
Membra titular do Conselho Fiscal


ROZENDO GALDINO DA SILVA FILHO
Membro Suplente do Conselho Fiscal


LUIZ OTÁVIO DA SILVA
Membro titular do Conselho Fiscal

RELATÓRIO DE GESTÃO CIAMA 2018

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o Relatório de Gestão da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - Ciama, referente ao exercício da gestão no período de janeiro a dezembro de 2018, como evidência dos princípios da transparência e da responsabilidade social que sempre nortearam as ações desta Companhia.

A Ciama, uma sociedade anônima dotada de personalidade jurídica de direito privado, sob a forma de economia mista, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, nos termos da legislação em vigor criada pela **Lei Estadual nº. 2.326**, de 08 de maio de 1995, regida pela **Lei Federal nº. 6404**, de 15 de dezembro de 1976 e por suas supervenientes alterações introduzidas pelas Leis nº. 9457, de 05 de maio de 1997 e nº. 10.303, de 31 de outubro de 2001, pelo seu estatuto. Tem como objetivo principal o desenvolvimento social, econômico, energético, industrial e ambiental do Estado do Amazonas, competindo-lhe, ainda, entre outras atribuições especificadas no seu estatuto:

- I. Elaborar, executar ou participar de projetos, obras e serviços de engenharia, de infraestrutura rodoviária, aeroportuária, de habitação, de meio ambiente, de infraestrutura de saneamento básico, de edificações, de transporte de massa, de navegação no transporte de cargas, além de projetos de reforma, ampliação ou adequação de prédios públicos, empreendimentos turísticos em geral e engenharia consultiva, bem como a execução de programas e projetos governamentais;
- II. Identificar, analisar, avaliar e viabilizar a implementação de programas e projetos que promovam o crescimento econômico, a multiplicação das oportunidades de negócios e das potencialidades regionais e tecnológicas;
- III. Implementar as ações que assegurem o fomento dos setores produtivos do Estado, por meio da execução das atividades de atração, incentivo à criação, preservação e ampliação de empreendimentos, bem como da implantação de programas e projetos de estímulo à atividade econômica e outras ações necessárias ao seu desenvolvimento;
- IV. Estabelecer convênios de cooperação nas áreas científica, tecnológica, de promoção econômica, de gestão empresarial e profissionalização da mão-de-obra com instituições e entidades nacionais e internacionais;
- V. Gerir mecanismos de natureza física, financeira e institucional que lhe forem atribuídos;
- VI. Praticar atos de comércio e indústria, serviços e operações que forem necessários à consecução de seus objetivos sociais;
- VII. Prestar assistência técnica a instituições e entidades na elaboração e negociação de projetos para a captação de recursos, na promoção de negócios e produtos e em marketing e qualidade, bem como, realizar estudos, pesquisas e informações necessárias aos seus objetivos sociais e do desenvolvimento do Estado;
- VIII. Executar, por iniciativa própria ou de terceiros, consultoria no campo de seus objetivos sociais e do desenvolvimento estadual;
- IX. Participar acionariamente em outras sociedades, direta ou através da emissão de debêntures conversíveis ou não em ações, bem como, mediante captação de recursos de terceiros, constituição e administração de fundos de investimentos de capital de risco para pequenas e médias empresas.

O Estado do Amazonas é, nos termos do disposto no §1º do artigo 5º do estatuto social da CIAMA, acionista majoritário da Companhia e, portanto, controlador da sociedade, que é regida pela lei das sociedades por ações (Lei 6.404/76).

O capital autorizado da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 376.000.000,00 (trezentos e setenta e seis milhões de reais), valor esse representado por ações ordinárias nominativas, estando esse capital social analiticamente assim composto:

COMPOSIÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES	VALOR UNITÁRIO DA AÇÃO (R\$)	TOTAL DO CAPITAL (R\$)
Capital Autorizado	72.307.692,31	5,20	376.000.000,00
Capital a Subscrever	-	-	-
Capital Subscrito	72.307.692,31	5,20	376.000.000,00
Capital Subscrito Integralizado	61.979.798,78	5,20	322.294.953,66
Capital Subscrito a Integralizar	10.327.893,53	5,20	53.705.046,34

Os recursos financeiros são constituídos por meio de Subvenções Econômicas originárias do Acionista Majoritário da Companhia, por intermédio da Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (vinculação orçamentária).

ACIONISTAS	NÚMERO AÇÕES	VALOR (R\$)
Estado do Amazonas Conselho de Administração	61.979.795,78	322.294.938,06
Daniel Vaz de Sá Roriz	1,00	5,20
Antônio Gilson Nogueira de Souza	1,00	5,20
Marcus Vinicius Cavalcanti Albano de Souza	1,00	5,20
TOTAL	61.979.795,78	322.294.938,06

Composição referente ao exercício findo em 31/12/2018.

Possui um Conselho de Administração, composto por 03 (três) membros efetivos, sendo um deles o Diretor Presidente da Ciama. (Art. 21 do Estatuto Social da CIAMA). Observa-se que o Governo do Estado do Amazonas tem uma participação percentual desse capital social autorizado subscrito integralizado de 99 %, o que corresponde a dizer que o Estado do Amazonas é o acionista controlador dessa sociedade empresária, nos termos do art. 116, letra "a", "b" e § único da Lei 6.404/76.

A organização da sociedade se dá da seguinte forma:

- I. Assembleia Geral;
- II. Conselho Fiscal;
- III. Conselho de Administração; e
- IV. Diretoria Executiva.

A escrituração contábil da Ciama é efetivada mediante utilização do sistema Alterdata, operando os módulos Contábil, Financeiro, Patrimônio e Gestão de Pessoal (folha de salários), este último módulo passou por reestruturação em atendimento ao Decreto nº 8373/2014, que instituiu o **Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial)**, visando unificar as informações relativas aos nossos colaboradores e maior garantia em relação à efetivação de seus direitos trabalhistas e previdenciários, bem como a maior transparência referente às informações de seus contratos de trabalho e obrigações fiscais enviadas ao Governo Federal.

Para a garantia da sustentabilidade da Ciama é indiscutível a condição de estar estruturada e capacitada para enfrentar o desafio de gerir e atender a contento as demandas do Estado; para tanto requer equipes capacitadas, atualizações permanentes, novas dinâmicas de trabalho que garanta eficiência e instrumentos que possibilitem respostas confiáveis e no tempo necessário. Esta avaliação é mais uma iniciativa da Diretoria no sentido de qualificar suas futuras ações.

Com a mudança no governo do Estado no mês de janeiro de 2019, e consequentemente, a troca da Diretoria Executiva desta Companhia, houve a necessidade da contratação de uma Auditoria Externa para análise das demonstrações contábeis e financeiras da Administração Anterior, de modo a demonstrar uma visão geral e clara das atividades da Companhia. Como a Auditoria Independente é uma obrigação das empresas de Sociedade Anônima, foi solicitada pelo Setor Contábil a pedido da nova Diretoria Executiva, a contratação de uma auditoria externa para execução desses trabalhos.

A companhia mantém investimentos em participação societária, como capital empreendedor, nas seguintes empresas:

PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

CIALI-Companhia de Alimentos	R\$ 508.871,02
INTERMEF-Integração Médico Hospitalar	R\$ 1.600.000,00
AGROPAM-Agricultura e Pecuária Amazonas S/A	R\$ 14.860.994,11
COSAMA - Comp. de Saneamento do Amazonas	R\$ 6.124.929,58
MANIVA Agro Industria da Amazônia	R\$ 1.000.000,00
TOTAL DE INVESTIMENTOS	R\$ 24.094.794,71

No que concerne às empresas CIALI e INTERMEF, cumpre informar que a Companhia está em processo de retirada de sociedade, visto que estão com suas atividades inoperantes.

A Ciama encerrou o ano de 2018 composta por 101 (cento e um) colaboradores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, nas lotações a seguir: Sede - Qtd. 52; Seplanci - Qtd 24; Sefaz - Qtd. 23; ALEAM - Qtd. 01; SESCO-AM - Qtd. 01. Com um total de 05 (cinco) prestadores de serviços terceirizados, sendo 04 (quatro) vigilantes patrimoniais e 01 (um) motoboy. A atual sede é alugada.

2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS BASE 2018.1 APOIO ÀS PREFEITURAS DO INTERIOR

Uma das principais atribuições da Ciama é o constante atendimento às prefeituras do interior e suas respectivas representações, atuando na elaboração de projetos de engenharia, voltados ao desenvolvimento econômico e social, bem como na orientação e acompanhamento técnico de todo o processo para a captação de recursos, oferecidos pelo Governo Federal, por meio do Sistema de Convênios – Sinconv e outras fontes de recursos. A Ciama está apta a desenvolver estudos e projetos voltados ao saneamento (sistema de abastecimento de água, tratamento de esgoto e destinação final de resíduos sólidos), estando habilitada, inclusive, para o assessoramento na implantação de aterros sanitários municipais, em atendimento à Lei 12.305/10.

2.2 AÇÕES EM DESENVOLVIMENTO COM AS PREFEITURAS

2.2.1 Sistema de Abastecimento de Água no Município de Amaturá

Objetivo: Elaboração de projeto executivo de engenharia para melhoramento do sistema de abastecimento de água do município de Amaturá no Estado do Amazonas.

2.2.2 Termo de Cooperação Técnica com a Prefeitura de Maraã

Objetivo: Dispor à Prefeitura de Maraã corpo e recursos técnicos da CIAMA para engenharia consultiva em projetos, gerenciamento e supervisão e fiscalização de obras no município.

Ações executadas:

- ✓ Elaboração do Projeto para a Construção da Feira Municipal de Pescado de Maraã (distante 737 km em linha reta capital);
- ✓ Intermediação na liberação de recurso para aprovação junto ao Governo Federal, por meio do Sistema de Convênios – Sinconv.

Objetivo: Organização do comércio do pescado, gerando emprego e maior circulação de renda no município.

O projeto da feira foi elaborado de acordo com a potencialidade da cidade de Maraã, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá, com lagos naturais preservados, onde uma vez por ano se faz a despesca dos peixes, dispoendo para o consumo local toneladas do pescado.

Investimento: R\$ 700.800,00, sendo 700.000,00 do Governo Federal, com contra partida do município de R\$ 800,00.

Beneficiados: 17.528 habitantes (IBGE/2010) do município que está localizado na região do Triângulo Jutai/Solimões/Juruá e tem a maior produção de pirarucu de manejo do Estado.

✓ Criação do Projeto da Praça Municipal de Maraã

✓ Intermediação na liberação de recurso para aprovação junto ao Governo Federal, disponível pelo Projeto Calha Norte, por meio do Sistema de Convênios – SINCONV.

O espaço, localizado próximo à orla da cidade, contará com parques infantis, academia ao ar livre e quiosques.

Investimento: R\$ 800.000,00.

2.2.3 Termo de Cooperação Técnica com a Prefeitura de Barreirinha

Objetivo: Ações voltadas ao desenvolvimento socioeconômico do município (localizado a 330 km em linha reta da cidade de Manaus).

Ações executadas:

- ✓ Elaboração de projetos para reforma e adequação de Escolas Estaduais do município, com cerca de 1.700 alunos beneficiados, distribuídos entre as três escolas.

UNIDADE

LOCALIZAÇÃO

E. E. Antônio Belchior Cabral	Freguesia do Andirá (Zona Rural)
E. E. Júlio César da Costa	Terra Preta do Limão (Zona Rural)
E. E. Maria Belém	Zona Urbana

A Educação em Barreirinha, município do Baixo Amazonas com 27.355 habitantes, (IBGE 2010) aponta dados expressivos. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 97.5 em 2010. Isso posiciona o município na posição número 1 de 62, dentre as cidades do Estado.

3. ATIVIDADES A REALIZAR/PROGRAMADAS

3.1 Criação do Sisgam – Sistema de Saneamento Georreferenciado do Estado do Amazonas

✓ Ferramenta que dispõe de informações especializadas de saneamento, conseqüentemente, integradas à informações socioeconômicas dos municípios.

Objetivo: Impulsionar o planejamento urbano eficaz, permitindo diagnósticos e prognósticos precisos no âmbito da Administração Pública; Potencializar a arrecadação (quanto ao abastecimento de água e tratamento de esgoto); Reduzir custos operacionais; Aperfeiçoar os serviços oferecidos pelas Prefeituras; Aumentar a produtividade dos servidores; Cumprimento à Lei 12.305/10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

População beneficiada: Todo o interior do Amazonas

3.2 Melhoria da Infraestrutura de aeroportos do interior

✓ Articulação com a Secretaria Nacional de Aviação Civil – SAC, vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil do Governo Federal, para a implantação e/ou reforma de aeroportos contemplados no Plano Aeroviário do Amazonas. Os projetos destes aeroportos já estão em fase de planejamento e dispõem de investimentos da ordem de R\$ 573 milhões, implantados pela União Federal.

3.3 Cursos via IPTV

Em apoio à política de desenvolvimento regional do Governo do

Estado, a Ciama, em parceria com o Centro de Mídias, firmou parceria técnica para a realização de cursos de capacitação voltados a servidores municipais.

Objetivo: Contribuir para a elaboração de projetos estruturantes e aumentar os índices econômicos e sociais dos municípios do interior, por meio dos cursos mediados via tecnologia IPTV-SEDUC e oferecidos pelo corpo técnico/profissional da Ciama.

Já foi realizado o Curso de Direito Administrativo, capacitando funcionários de 15 prefeituras do interior (Apuí, Borba, Careiro, Careiro Castanho, Coari, Humaitá, Ipixuna, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Maués, Novo Aripuanã, Novo Orlinda do Norte e Tefé).

De acordo com a demanda das prefeituras, estão programados cursos de Licitação, Contratos e Convênios e também relacionados ao cumprimento de Leis Ambientais e de sustentabilidade.

3.4 SPROWeb

Implantação do Sistema de Protocolo em plataforma Web (SPROWeb), objetivando o controle e o acompanhamento do registro de todos os documentos e processos da Companhia. Este sistema tem por finalidade atender às necessidades do registro eletrônico de documentos, permitindo que os usuários saibam com facilidade a localização dos processos e documentos protocolados, disponibilizando histórico de tramitações e registro dos responsáveis pelos despachos registrados.

3.5 Cooperação Técnica

Além da atenção ao interior, a Ciama vem estreitando a relação institucional com diversos órgãos da própria estrutura do Governo do Estado, dispondo de serviços que tem por objetivo gerar uma economia às diversas instituições.

Neste sentido, estão sendo alinhadas parcerias com os seguintes órgãos:

3.5.1 Agência de Fomento do Estado do Amazonas - Afeam

✓ Prestação de serviços de avaliação de bens não destinados a uso denominados BNDUS (móveis, imóveis, máquinas, equipamentos, veículos e etc) recebidos de terceiros, com garantia de dívidas para serem alienados através de Leilão Público, sendo estes:

- Terreno situado na Avenida Atlântica S/N
- Terreno situado na Avenida Torquato Tapajós
- Apartamento no Condomínio Ruy Lima
- Apartamento no Condomínio Edifício Equatorial;
- Terreno denominado Recanto Atrium, Rio Taramã;
- Lote Paraíso Tropical, Taramã;
- Terreno na Rua Tapajós;
- Imóvel na Avenida Boulevard Álvaro Maia.

3.5.2 Fundo De Promoção Social e Erradicação da Pobreza – FPS

✓ Atua como instituição interveniente responsável pela análise e seleção de Projetos submetidos aos editais lançados pelo fundo com participação do corpo técnico da Ciama para análise de viabilidade dos serviços de engenharia elencados nos editais do FPS para seleção de Organizações da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, interessadas em firmar termo de fomento ou termos de parceria no âmbito de todo Estado do Amazonas.

3.5.3 Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – Cetam

✓ Tratativas para elaboração de projetos de engenharia para reforma e adequação de edificações do Cetam com as etapas:

- Projeto Jovem Cidadão do Zumbi;
- Projeto Jovem Cidadão do São José;
- Projeto Jovem Cidadão da Cidade Nova.

3.5.4 Secretaria de Estado de Fazenda – Sefaz

✓ Apoio técnico ao projeto de engenharia da reforma e adequação da secretaria;

3.5.5 Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino – Seduc

✓ Por meio da qual a Ciama utiliza o Sistema IPTV para a oferta de cursos gratuitos, visando promover a capacitação de servidores do interior.

3.5.6 Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas – CBMAM

✓ Houve reunião preliminar para apoio na criação de projetos de engenharia para as futuras unidades a serem construídas pelo Corpo de Bombeiros com o apoio técnico da Ciama.

A Ciama dentro de suas atribuições estatutárias atua como instrumento indutor do Governo do Estado do Amazonas interiorizando o desenvolvimento com a finalidade de reduzir as desigualdades intra e inter-regionais do Estado, por meio de ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, principalmente do interior do nosso Estado.

Elencamos neste relatório todas as atividades realizadas durante o ano de 2017/2018, na certeza do cumprimento da missão institucional da Companhia, dentro das condições existentes e com os recursos disponíveis neste período. Certamente, muito ainda há que se fazer em busca dos objetivos de desenvolvimento desta Companhia. Não mediremos esforços para que, a partir de 2019, possamos dar continuidade às ações ora em andamento, além de dar início a outros projetos previstos nas novas diretrizes de governo associado ao planejamento desta Companhia.

É o relatório.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Senhores,

ACIONISTAS, CONSELHEIROS E DIRETORES DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS - CIAMA Manaus/AM

Opinião Adversa

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS - CIAMA**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, devido à importância dos assuntos mencionados na seção intitulada "Base para opinião adversa", as demonstrações contábeis acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS - CIAMA**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião adversa

Em conformidade com a nota nº 6, a Companhia possui investimentos permanentes no patrimônio líquido em diversas empresas de valores relevantes. Entretanto, conforme demonstrado naquela nota e exames específicos de auditoria realizados no detalhamento daquele grupo de ativos, se constata a não realização do reconhecimento das perdas ou ganhos com a equivalência patrimonial neste e demais exercícios anteriores, motivados pela falta de controle adequado e suficiente em boa parte desses investimentos, como também na obtenção dos dados constantes dos balanços periódicos ou anual daquelas empresas. Diante disso, o montante ali apresentado, no valor de R\$ 21.499.952, não representa a situação líquida dos investimentos permanentes apresentados no balanço da Companhia, nem tivemos dados suficientes e confiáveis para avaliar em qual valor estaria representado para mais ou para menos em seu ativo.

Em data de 31 de dezembro de 2018, conforme nota explicativa nº 8, consta a título de Ativo Intangível, o montante líquido de R\$ 15.075.235, dos quais, o valor de R\$ 15.051.962, corresponde a "Pesquisas e Desenvoltimentos". Para este valor, não foram realizados testes de "impairment", previstos pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, NBCTG01(R4) - Redução ao valor Recuperável de Ativos, e não nos foram apresentadas evidências, até a conclusão de nossos trabalhos, das premissas e documentos hábeis para o reconhecimento do registro para esta natureza, em conformidade com os preceitos contidos na Resolução CFC - Conselho Federal de Contabilidade, N8CTG04(R4) - Ativo Intangível. Diante disso, o Ativo Intangível e o Patrimônio Líquido, encontram-se a maior naquele mesmo valor.

A constituição de provisão trabalhistas correspondentes às férias e seus encargos sociais, registrados no balanço, em data de 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 31.208, encontra-se a menor no montante de R\$ 735.000, aproximadamente, por falta de controles adequados e suficientes entre os sistemas de informações das áreas de pessoal e contábil. Em função disso, o Passivo Circulante e o prejuízo do exercício, encontram-se a menor naquele mesmo valor.

Em conformidade com a nota 13, constam a título de "Subvenções Governamentais – Passivo Não Circulante", montante líquido no valor de R\$ 15.722.255, onde não evidenciamos e não nos foram apresentados documentos hábeis que nos justificassem a sua permanência como obrigação da Companhia a título de Convênios a serem realizados, previstos nos conceitos estabelecidos pelo CFC, NBCTG07(R2) - Subvenção e Assistência Governamentais. Consequentemente, o Passivo não Circulante encontra-se a maior e o Patrimônio Líquido a menor naquele mesmo valor.

Em conformidade com as informações acerca das demandas judiciais obtidas do Setor Jurídico da Companhia, existem favoráveis a terceiros ação de cobrança e obrigação de fazer, provável a ser executada contra a CIAMA, no valor de R\$ 1.700.000, aproximadamente, sem que tenha havido o provisionamento daquele montante na contabilidade, conforme previsto pelo CFC, NBCTG25(R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Diante desse fato, o Passivo Não Circulante e o Prejuízo do Exercício encontram-se a menor naquele mesmo valor.

Consta a título de "Ajustes de Avaliação Patrimonial", diversos valores que formaram o montante de R\$ 241.081.700, conforme demonstrado no resumo da nota explicativa 14.2, reduzindo o Patrimônio Líquido da Companhia, valores oriundos de diversos ajustes realizados no balanço findo do exercício de 2017, O entendimento aplicado vai de encontro ao Art. 182, § 3º da Lei 6.404/76, com redação alterada pela Lei nº 11.941/09. Em conformidade com entendimento previsto nesta legislação, os ajustes ali alceados, não se tratam de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do Ativo e do Passivo, em decorrência da sua avaliação e valor justo, nos casos previstos em Lei. Pelo entendimento dos ajustes realizados e apresentados em notas explicativas do exercício anterior, tratam-se de lançamentos que devem aumentar os "Prejuízos Acumulados", em detrimento da inexistência de valores que venham a ser posteriormente ajustados no Ativo e Passivo a valor justo. Diante disso, os "Prejuízos Acumulados" encontram-se a menor, anulando a rubrica de "Ajustes de Avaliação Patrimonial", ambos dentro do Patrimônio Líquido da Companhia, naquele mesmo valor.

Conforme nota explicativa nc 3.11, a Companhia ao longo dos exercícios vem necessitando de recursos originados do seu maior acionista, o Governo do Estado do Amazonas, para manter a continuidade de suas operações, sendo necessário neste exercício de 2018, o aporte de recursos financeiros a título de receitas de subvenções governamentais, no valor de R\$ 10.083.512 (R\$ 3.779.500, para o exercício de 2017). A CIAMA, nos dois últimos exercícios apresentados, não obteve receitas operacionais. A Companhia não possui plano de recuperação que detalhe ações ou estratégias empresariais a serem desenvolvidas para que haja um equilíbrio financeiro e econômico, a fim de que a mesma tenha condições de retornar e manter suas atividades por meio de recursos operacionais próprios, ficando sempre dependente das realizações dos repasses das subvenções governamentais. Dependendo do cenário econômico para liberação desses recursos pelo Governo do Estado do Amazonas - maior acionista, a Companhia evidencia incertezas significativas em relação à capacidade de continuidade operacional, agravada pelos ativos de realizações duvidosas comentados nos tópicos acima deste relatório. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS - CIAMA** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião adversa.

Principais assuntos de auditoria

Exceto pelos assuntos descritos na seção "Base para opinião adversa", não existem outros principais assuntos de auditoria a serem comunicados, em nosso relatório.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentado para fins de comparação, foram examinados por outros auditores independentes, sendo emitido relatório com modificações (ressalvas), datado de 09 de março de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS - CIAMA** é responsável por essas outras informações obtidas até a data deste relatório, que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório esta, de forma relevante inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da administração obtido antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos os controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS - CIAMA** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS - CIAMA** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,

exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Analizamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Nos certificamos sobre a não adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, identificamos incerteza relevante em relação a eventos ou condições que podem levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. A norma de auditoria indica que se concluímos pela existência de incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões para opinar sobre as demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo primeiro estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório, com as modificações indicadas nos parágrafos base para opinião adversa. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Natal/RN, 15 de março de 2019.

CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S
Auditores independentes
CRC/RN 0113/O

Olegário Mariano Prestrejo Marinho
Contador Responsável Técnico
CRC/PE nº 9702/O "T" RN

COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS - CIAMA

CNPJ Nº 00.624.961/0001-77

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

ATIVO	NOTA	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		5.370.280,92	5.207.274,58
Caixa e Equivalente de Caixa	4	4.894.492,54	4.709.276,76
Bancos Conta Movimento		1.103.692,89	44,55
Aplicações Financeiras		3.790.799,65	4.709.232,21
Adiantamentos	5	509,60	4.570,61
Impostos a Recuperar	5	454.532,31	472.680,74
Despesas Antecipadas	5	20.746,47	20.746,47
ATIVO NÃO CIRCULANTE		37.085.018,15	37.258.044,26
Investimentos	6	21.499.951,50	21.499.951,50
Participações Sociárias		24.094.794,71	24.094.794,71
Equivalência Patrimonial		(2.594.843,21)	(2.594.843,21)
Imobilizado Líquido	7	509.831,65	573.381,08
Imobilizado		2.400.602,28	2.382.798,73
(-) Depreciação Acumulada		(1.890.770,63)	(1.809.417,65)
Intagível Líquido	8	15.075.235,00	15.184.711,68
Intagível		16.713.434,36	16.691.770,58
(-) Amortização Acumulada		(1.638.199,36)	(1.507.058,90)
TOTAL DO ATIVO		42.455.299,07	42.465.318,84

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

PASSIVO	NOTA	2018	2017
PASSIVO CIRCULANTE		501.393,14	348.561,66
Fornecedores	9	36.659,48	45.018,35
Obrigações Trabalhistas e Sociais	10	263.096,08	194.144,06
Empréstimo Consignado		634,29	-
Provisões Trabalhistas	12	31.207,76	2.669,61
Provisões para Débitos Fiscais	12	9.457,55	-
Obrigações Tributárias	11	160.337,98	106.729,64
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		15.722.254,84	15.758.092,76
Subvenções Governamentais	13	15.722.254,84	15.758.092,76
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		26.231.651,09	26.358.664,42
Capital social	14	322.294.953,66	320.090.179,88
Capital Social Subscrito		376.000.000,00	376.000.000,00
Capital Social a Integralizar		(53.705.046,34)	(55.909.820,12)
Ajuste Variação Patrimonial	14.2	(241.081.699,57)	(241.081.699,57)
Prejuízos Acumulados		(54.981.603,00)	(52.649.815,89)
TOTAL DO PASSIVO		42.455.299,07	42.465.318,84

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

DISCRIMINAÇÃO	NOTA	2018	2017
RECETA BRUTA DE VENDAS SERVIÇOS	-	-	-
DEDUÇÕES DA RECETA BRUTA	-	-	-
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	-	-
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	-	-	-
DESPESAS OPERACIONAIS		(12.490.894,30)	(8.686.591,33)
Despesas Administrativas	15	(1.424.489,77)	(1.010.172,46)
Despesas Com Pessoal e Encargos	16	(10.586.630,45)	(7.109.790,78)
Despesas Tributárias		(27.161,52)	(550.082,06)
Depreciação e Amortização		(175.816,52)	(289.847,53)
Serviços de Terceiros		(462.604,84)	(148.458,97)
Receita Financeira Líquida		185.808,80	421.760,47
Receita Financeira		229.104,36	424.901,96
Despesa Financeira		(43.295,56)	(3.141,49)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(12.490.894,30)	(8.686.591,33)
OUTRAS RECETAS OPERACIONAIS		10.202.595,02	4.682.469,62
Recuperação de Despesas		90.829,58	21.741,73
Outras Receitas		28.253,56	13.761,09
Contribuições do Estado Para Custeio	3.11	10.083.511,88	3.779.500,00
Participações Societárias		-	867.466,80
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA PROVISÃO P/ IRPJ E CSLL		(2.288.299,28)	(4.004.121,71)
Provisão para Contribuição Social		-	-
Provisão para Imposto de Renda		-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(2.288.299,28)	(4.004.121,71)
QUANTIDADE DE AÇÕES ORDINÁRIAS		61.979.799,00	61.555.804,00
RESULTADO POR AÇÃO		(0,0369)	(0,0650)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

DISCRIMINAÇÃO	Capital Social Subscrito	Capital Social a Integralizar	CAPITAL SOCIAL	AJUSTE DE VARIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO INICIAL EM 1 DE JANEIRO DE 2017	376.000.000,00	(57.769.525,12)	318.230.474,88	-	(48.645.694,18)	269.584.780,70
Integralização de Capital		1.859.705,00	1.859.705,00	-	-	1.859.705,00
Ajuste de Variação Patrimonial		-	-	(241.081.700,00)	-	(241.081.700,00)
Prejuízo Líquido do Exercício		-	-	-	(4.004.121,71)	(4.004.121,71)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	376.000.000,00	(55.909.820,12)	320.090.179,88	(241.081.700,00)	(52.649.815,89)	26.358.663,99
Integralização de Capital - Nota 14		2.204.773,78	2.204.773,78	-	-	2.204.773,78
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	(43.487,83)	(43.487,83)
Prejuízo Líquido do Exercício		-	-	-	(2.288.299,28)	(2.288.299,28)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	376.000.000,00	(53.705.046,34)	322.294.953,66	(241.081.700,00)	(54.981.603,00)	26.231.650,66

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

DISCRIMINAÇÃO	2018	Em R\$ 1,00 2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo Líquido do Exercício	(2.288.299,28)	(4.004.121,71)
(+/-) Ajustes para reconciliar o lucro líq. ao caixa gerado pelas Ativ. Operacionais:		
Depreciação/Amortização	212.493,44	261.897,53
Ajustes de Variação Patrimonial	-	(241.081.699,57)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(43.487,83)	-
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO	(2.119.293,67)	(244.823.923,75)
I - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(AUMENTO) OU REDUÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS	22.209,44	487.256,21
Impostos a Recuperar	18.148,43	397.094,31
Adiantamentos	4.061,01	369,99
Depósitos Judiciais	-	89.791,91
AUMENTO OU (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS	152.197,19	107.716,79
Fornecedores	(8.358,87)	40.253,31
Obrigações Trabalhistas e Sociais	68.952,02	62.693,87
Obrigações Tributárias	53.608,34	35.793,76
Provisões Trabalhistas	37.995,70	(31.024,15)
CAIXA APLICADO NAS OPERAÇÕES	174.406,63	594.973,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.944.887,04)	(244.228.950,75)
II - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Investimentos a Longo Prazo	-	64.000.000,00
Integralização de Capital	2.204.773,78	1.859.705,00
Aquisição de Bens Imobilizado	(39.467,33)	26.662,92
Recursos de Convênio	-	87.644.674,30
Recursos de Contratos	-	74.511.893,29
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.165.306,45	228.042.935,51
III - DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Empréstimo Consignado	634,29	-
Subvenções Governamentais	(35.837,92)	15.758.092,76
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(35.203,63)	13.925.131,98
(=) Aumento (Redução) no saldo de Caixa e Equivalentes de caixa	185.215,78	(2.260.883,26)
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4.709.276,76	6.970.160,02
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	4.894.492,54	4.709.276,76
Variação das Disponibilidades	185.215,78	(2.260.883,26)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.



 Emerson Paixão L. de Assis
 Diretor Administrativo - Financeiro
 CPF: 406.407.742-00
 Adriano Santos de Oliveira
 Contador
 CPF: 447.201.815-20
 CRC BA 031727-O/T/AM

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO EST DO AMAZONAS - CIAMA é uma sociedade anônima, dotada de personalidade jurídica de direito privado, por ações ordinárias, com sede e foro na cidade de Manaus/AM, com prazo de duração indeterminado. A CIAMA foi criada pela Lei Estadual nº 2.326, de 08 de maio de 1995, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, podendo por decisão do Conselho de Administração criar ou estabelecer, no País no Exterior, agências, escritórios

de representação, filiais e subsidiárias, observadas as disposições legais e respeito. A sociedade tem por objetivos promover o desenvolvimento social, econômico, energético, tecnológico, industrial e ambiental do Estado do Amazonas, competindo-lhe ainda:

Elaborar, executar ou participar de projetos, obras e serviços de engenharia, de infraestrutura rodoviária, aeroportuária, portuária, de habitação, de meio ambiente, de infraestrutura de saneamento básico, de edificações, de transporte de massa, de navegação no transporte de cargas, além de projetos de reforma, ampliação e/ou adequação de prédios públicos, empreendimentos turísticos em geral e engenharia consultiva, bem como a execução de programas e projetos governamentais;

Implementar as ações que assegurem o fomento dos setores produtivos do Estado, mediante a execução das atividades de atração, incentivo à criação, preservação e ampliação de empreendimentos, bem como da implantação de programas e projetos de estímulo à atividade econômica e outras necessárias ao seu desenvolvimento;

Estabelecer convênios de cooperação nas áreas científica, tecnológica, de promoção econômica, de gestão empresarial e de profissionalização da mão-de-obra com instituições e entidades nacionais e internacionais;

Praticar atos de comércio e indústria, serviços e operações que forem necessários à consecução de seus objetivos sociais;

Prestar assistência técnica a instituições e entidades na elaboração e negociação de projetos para a captação de recursos, na promoção de negócios e produtos e em marketing e qualidade, bem como realizar estudos, pesquisas e informações necessárias aos seus objetivos sociais e do desenvolvimento do Estado;

Participar do capital social de outras pessoas jurídicas, diretamente ou através da emissão de debêntures conversíveis ou não-conversíveis em ações, bem como pela captação de recursos de terceiros, constituição e administração de fundos de investimentos de capital de risco para pequenas e médias pessoas jurídicas.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações, notadamente no que se referem as Leis nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e as normas de contabilidade aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes. Assim, a Demonstração do Resultado Abrangente relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não está sendo apresentada.

Em concordância com a legislação aplicada e a NBC TG 26 (R4) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitida e aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade, os demonstrativos contábeis estão apresentados de forma comparativa ao exercício anterior.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3-RESUMO DAS PRINCIPAIS PRATICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalente de caixa - compreendem saldo de caixa, contas correntes bancárias para suprir as obrigações a curto prazo da Companhia. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

3.3 Impostos a Recuperar - Os impostos a recuperar demonstram os valores de impostos a compensar referente a tributos retidos para os quais a empresa pretende recuperar mediante ressarcimento. Originaram-se através de serviços necessários às atividades da entidade, bem como por retenções nas instituições financeiras e retenções de impostos na fonte de empresas estatais, conforme Lei nº 9.430/96 e Lei nº 10.833/03. Estes impostos estão demonstrados pelo valor histórico findo exercício Vede Tabela no Tópico 5.

3.2 Adiantamentos e Despesas Antecipadas - Na conta de Adiantamento são registrados os valores pagos antecipadamente por produtos, materiais de uso e consumo e serviços que são entregues ou prestados futuramente. Despesas antecipadas se referem a caução realizada ao contrato de aluguel do prédio da sede da companhia, renovável anualmente. Segundo o regime de competência, os valores serão apropriados e lançados para ativos e/ou despesas quando da efetiva realização.

3.3 Ativo não Circulante - Investimentos - Os Investimentos são demonstrados por valores aplicados em outras entidades a título de participação societária. Estas participações geram ganhos/perdas patrimoniais por equivalência patrimonial e rendimentos financeiros por dividendos recebidos pela companhia.

3.4 Ativo não Circulante - Imobilizado - Registrado ao custo de aquisição, sendo excluída a depreciação acumulada. O custo de aquisição inclui gastos atribuíveis à aquisição dos bens. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. As benfeitorias em imóveis de terceiros estão sendo amortizados pelo prazo de 25 anos.

3.5 Intangível - Ativos intangíveis com vida útil definida com base no tempo do direito que a Entidade faz jus em obter resultados econômicos futuros, separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

3.6 Fornecedores - As faturas a pagar aos fornecedores são obrigações decorrentes do recebimento de bens, mercadorias e serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se a obrigação vencer no prazo de um ano ou no ciclo operacional normal dos negócios, mesmo que este seja mais longo. Se não for desta feita, os valores são apresentados como obrigações do Passivo Não Circulante.

3.7 Obrigações Trabalhistas e Sociais - As obrigações trabalhistas e seus encargos sociais são obrigações incidentes sobre os pagamentos a funcionários e, conforme especificações da legislação trabalhista, escrituradas em conformidade com as folhas de pagamentos e as declarações acessórias obrigatórias.

3.8 Provisões - As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

3.9 Apuração do resultado - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Não houveram nos exercícios apresentados no balanço, apuração de receitas operacionais.

3.10 Despesas - Despesas operacionais são aquelas necessárias à atividade da empresa, sendo estas não registradas como custos. As despesas operacionais admitidas são as usuais ou normais no tipo de transações, operações ou atividades da empresa, entendendo-se como necessárias as pagas ou incorridas para a realização das transações ou operações exigidas.

3.11 Contribuições do Estado para Custeio - Receitas de Subvenções - As subvenções, auxílios e contribuições governamentais livres de restrições são contabilizadas pelo regime de competência confrontado em bases sistemáticas, em conformidade com a NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamental. Estes repasses são oriundos de fontes específicas da LOA- Lei Orçamentaria Anual e não estão condicionados a qualquer compromisso de restituição ou forma de contingenciamento às atividades operacionais da Companhia.

3.12 Receita financeira - Em sua grande maioria formada por aplicações financeiras, A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo financeiro.

APRESENTAÇÃO ANALÍTICA DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE CONTAS

4. Caixa e Equivalente de Caixa

Descrição	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017
CAIXA	-	-
FUNDO FIXO DE CAIXA	-	-
BANCOS - CONTAS CORRENTES	1.103.693	45
ITAU - C/CORRENTE - 05375-1	852	44
BRADESCO C/C-12.194-0	289.841	1
BRADESCO C/C 42.950-3 CIAMA/DIMP E II	-	-
BRASIL - AG. 3563-7 C/C 8.662-2 -PROVISÃO/PRODERAM	813.000	-
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	3.790.800	4.709.232
ITAU C/C- 05375-1	3.631.605	3.448.072
BRADESCO - C/APLICAÇÃO	26.107	200.563
BRASIL - C/APLICAÇÃO - C/MOV/8.662-2	133.088	1.060.597
TOTAL	4.894.493	4.709.277

5. Créditos e Valores (Adiantamentos, Impostos a Recuperar e Despesas Antecipadas) - Representado em sua maioria por tributos a compensar e despesas antecipadas, com espera de realização no prazo máximo de 12 (doze) meses. Nos saldos dos balanços encerrados em 31 de dezembro, estão compostos dos valores abaixo demonstrados.

Descrição	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017
ADIANTAMENTOS	510	4.571
ADIANTAMENTOS P/PEQ. DESPESAS	-	1.000
ADIANTAMENTO DE SALÁRIOS A EMPREGADOS	510	3.571
TRIBUTOS E CONTRIB. A COMPENSAR	454.532	472.681
IRF A COMPENSAR S/APLIC. FINANCEIRA	452.771	472.681
IRF A COMPENSAR S/JUROS DA CIAMAPAR	1.761	-
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	20.746	20.746
ALUGUEL IMÓVEL-SÉDE DA CIAMA	20.746	20.746
TOTAL	475.788	497.998

Investimentos - A posição da participação societária no capital social das investidas, deduzido de provisões de perdas nas participações pela equivalência patrimonial, está demonstrada no quadro a seguir:

Conta	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017
INVESTIMENTOS	24.094.795	24.094.795
CIALI-COMPANHIA DE ALIMENTOS	508.871	508.871
INTERMEF-INTEGRAÇÃO MÉDICO HOSPITALAR FARMACEUTICO	1.600.000	1.600.000
AGROPAM-AGRICULTURA E PECUÁRIA AMAZONAS AS	14.860.994	14.860.994
COMPANHIA DE SANEAMENTO DA AMAZONAS-COSAMA	6.124.930	6.124.930
MANIVA AGROINDÚSTRIA DA AMAZONIA LTDA	1.000.000	1.000.000
PROV. P/PERDAS EM INVESTIMENTOS	(2.594.843)	(2.594.843)
CIALI-COMPANHIA DE ALIMENTOS	(549.871)	(549.871)
INTERMEF-INTEGRAÇÃO MÉDICO HOSPITALAR FARMACEUTIC	(2.044.972)	(2.044.972)
TOTAL	21.499.952	21.499.952

7. Imobilizado Líquido - Os registros no imobilizado correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens, de acordo com a NBC TG 27(R3) - Ativo Imobilizado. O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, reduzido da depreciação calculada pelo método linear ao longo dos exercícios anteriores.

Conta	31/12/2018			Saldo Líquido em 31/12/2017
	Custo	Depreciação	Líquido	
IMOBILIZADO	904.619	(878.730)	25.889	15.412
VEÍCULOS	135.000	(135.000)	-	-
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	287.750	(276.440)	11.311	12.490
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	472.879	(459.116)	13.763	1.849
EQUIP. DE COMUNICAÇÕES	8.989	(8.174)	815	1.073
BENFEIT. EM BENS DE TERCEIROS	1.495.984	(1.012.041)	483.943	557.970
IMÓVEL SEDE DA CIAMA AV. TEFÉ 3279	888.317	(768.974)	119.342	132.603
BENFEIT. EM BENS DE TERCEIROS - MUSA	607.667	(243.067)	364.600	425.367
TOTAL	2.400.602	(1.890.771)	509.832	573.381

A empresa efetuou o cálculo da despesa com depreciação e amortização de seus bens imobilizados e benfeitorias em imóveis de terceiros, pelo método line taxes que determinam a vida útil dos bens, não procedendo ao cálculo do *impairment*, por entender a não vantagens aos benefícios ao custo de sua realização.

8 - Intangível - A título de Software, a empresa realiza o cálculo da despesa com amortização de seu sistema Alterdata Software, sendo considerado o valor e o prazo do contrato de licença para o uso do software. Os recursos apontados em pesquisas e desenvolvimentos são contabilizados com base nos custos incorridos e realocados na fase de desenvolvimento para o Ativo, com base no CPC 04. Referem-se a projetos desenvolvidos em sistemas dedicados de informática solicitados por terceiros, com a manutenção e aprimoramento pela Companhia.

Conta	31/12/2018			Saldo Líquido em 31/12/2017
	Custo	Depreciação	Líquido	
SOTFWARES	29.650	(6.982)	22.668	4.925
PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO	16.673.395	(1.621.433)	15.051.962	15.178.142
IMPLANTAÇÃO DE NOVOS SISTEMAS E MÉTODOS	10.390	(9.784)	606	1.645
TOTAL	16.713.434	(1.638.199)	15.075.235	15.184.712

9. Fornecedores - Representado por obrigações com fornecedores de bens de uso e consumo e serviços para a operacionalização dos negócios da empresa, obrigações todas em curto prazo.

10. Obrigações Trabalhistas e Sociais - As alíquotas do INSS são progressivas em 8%, 9% e 11%, em conformidade com a tabela vigente. Considera como base, a remuneração paga ou devida durante o mês a cada colaborador. O FGTS é cálculo à alíquota de 8% sobre a remuneração paga ou devida durante o mês, de cada trabalhador.

Conta	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017
INSS A RECOLHER	188.587	136.233
FGTS A RECOLHER	74.509	57.911
TOTAL	263.096	194.144

11. Obrigações Tributárias - O IR é obtido através da retenção de notas fiscais de serviços tomados por pessoas jurídicas, sob a alíquota de 1,5%. O ISS a Recolher é calculado sobre as receitas geradas de serviços prestados, à alíquota de 5%. O IR sobre Pagamento de Pessoal é calculado sobre a tabela progressiva de imposto de renda, sob as alíquotas base de 7,5%, 15%, 22,5% e 27%, tendo como base a remuneração paga ou devida durante o mês a cada colaborado.

Conta	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017
IRF A RECOLHER (RETIDO PESSOA FISICA)	365	105.726
IRF A RECOLHER (RETIDO PESSOA JURIDICA)	2.954	-
ISS RETIDO A RECOLHER	4.507	1.004
IRRF S/ PAGAMENTO DE PESSOAL	152.512	-
TOTAL	160.338	106.730

12. Provisões (Trabalhistas/Débitos Fiscais) - A empresa constitui a provisão para férias acrescidas dos respectivos encargos sociais sobre ela, de forma mensal, em atendimento ao regime da competência, determinada com base na remuneração mensal do empregado e nos avos adquiridos de férias na época do balanço.

Conta	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017
PROVISÕES TRABALHISTAS	31.208	2.670
FÉRIAS	31.208	2.670
PROVISÃO P/ DÉBITOS FISCAIS	9.458	-
COFINS/PIS/CSLL	9.458	-
TOTAL	40.665	2.670

13. Subvenções Governamentais - A Companhia possui na rubrica de Subvenções Governamentais valores relativos às aquisições de ativos imobilizados e intangível, sendo baixados em conformidade com a respectiva depreciação.

Conta	31/12/2018			Saldo Líquido em 31/12/2017
	Custo	Depreciação	Líquido	
SUBVENÇÕES DO ATIVO IMOBILIZADO	573.381	(14.368)	559.013	573.381
SUBVENÇÕES DO ATIVO INTANGÍVEL	15.184.712	(21.469)	15.163.242	15.184.712
TOTAL	15.758.093	(35.838)	15.722.255	15.758.093

14. Patrimônio Líquido

14.1 Capital Social - Está representado pelo valor subscrito de R\$ 376.000.000, sendo o Capital Social a Integralizar constituído por valores a

serem aportados pelo Acionista Majoritário da sociedade, havendo no exercício 2018 o aporte equivalente a R\$ 2.204.774, a fim de dar suporte à manutenção de custeio da Companhia. Os Prejuízos Acumulados tiveram origem no encerramento de cada exercício social, sendo apurados no Demonstrativo do Resultado do Exercício (DRE).

Conta	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017
Capital Social Subscrito	376.000.000	376.000.000
Capital Social a Integralizar	(53.705.046)	(55.909.820)
Ajuste de Variação Patrimonial	(241.081.700)	(241.081.700)
Prejuízos Acumulados	(54.981.603)	(52.649.816)
TOTAL	26.231.651	26.358.664

Desta maneira, o Capital Social é apresentado da seguinte maneira pelos acionistas:

Acionistas	Nº de Ações	31/12/2018
Governo do Estado do Amazonas	61.979.799	322.294.954
Daniel Vaz de Sá Roriz	1	5
Antônio Gilson Nogueira de Souza	1	5
Marcus Vinicius Cavalcanti A. de Souza	1	5

Acionistas	Nº de Ações	31/12/2017
Governo do Estado do Amazonas	61.555.801	320.090.164
Daniel Vaz de Sá Roriz	1	5
Antônio Gilson Nogueira de Souza	1	5
Marcus Vinicius Cavalcanti A. de Souza	1	5

14.2 Ajuste Variação Patrimonial - Os valores na rubrica Ajustes de Variação Patrimonial, no montante de R\$ 241.081.700, foram realizados no dia 31 de dezembro de 2017, sem alterações para o exercício de 2018, em vista da contingência patrimonial e financeira nas demonstrações da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CIAMA, e aceito pela Diretoria da época, onde foram realizados os lançamentos para adequação nos saldos das Contas.

Conta	Valor
Recursos de Convênios	(87.644.674)
Recursos de Contratos	(74.511.893)
Investimento na Empresa Amazonense de Dendê - EMADE	(65.000.000)
Imobilizado Líquido	(573.381)
Intangível Líquido	(15.184.712)
Resultado de Exercício Futuro	1.832.961
Total	(241.081.700)

14.3 Ajustes de Exercícios Anteriores - Valor de exercícios anteriores referentes a Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF.

Conta	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017
Ajustes de Exercícios Anteriores	43.487,83	-
TOTAL	43.487,83	-

15. Despesas Administrativas

Conta	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017
AGUA E ESGOTO	6.151	6.228
ENERGIA ELETRICA	69.077	60.903
TELEFONE	4.133	6.791
MATERIAL DE EXPEDIENTE	6.598	3.140
MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	7.758	5.461
VIAGENS E ESTADIAS	17.276	35.263
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	8.873	3.444
CURSOS E SEMINARIOS	5.525	-
SERVIÇOS DE PESSOA FISICA	355	37.062
DESPENDIO C/ ALIMENTAÇÃO	458.948	102.787
SERVIÇOS DE PESSOA JURIDICA	365.596	341.721
VALE TRANSPORTES	4.023	6.300
DESPESAS BANCARIAS	3.240	4.243
PUBLICACOES	42.784	18.475
COPA COZINHA	7.765	5.302
DESPESAS C/VEICULOS	22.720	4.607
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	39.076	9.650
DESPESAS GERAIS	9.765	13.078
SEGURO DE VEICULO	3.978	4.231
REFEIÇÕES E LANCHES	566	14.713
MATERIAL DE CONSUMO E INFORMATICA	16.942	17.811
CONFRATERNIZAÇÕES E EVENTOS	20.120	3.384
DESPESAS C/INTERNET	7.277	6.752
MANUT.EA TUALIZAÇÃO DE SISTEMAS	18.588	5.304
ASSOCIAÇÃO DE CLASSE	8.669	9.237
ALUGUEL IMOVELSEDE DA CIAMA	248.958	252.158
PLANO DE SAUDE DOS FUNCIONARIOS	9.882	23.347
OUTRAS DESPESAS	9.847	8.780
TOTAL	1.424.490	1.010.172

16. Despesas com Pessoal

Conta	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017
DESPESAS TRABALHISTAS	8.219.397	5.530.114
ORDENADOS E SALARIOS	6.410.056	4.118.455
FERIAS.	857.147	636.358
13º SALARIO	587.614	397.287
HORAS EXTRAS	73.947	15.791
GRATIFICACOES	18.071	37.353
DIARIAS	14.100	19.050
A VISO PREVIO/INDENIZACOES TRABALHISTAS	29.363	162.362
HONORARIO CONSELHO FISCAL	91.200	57.600
HON.CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	99.000	50.300
ABO NO DE FERIAS	31.545	30.084
PERICULOSIDADE	7.355	5.475
ENCARGOS SOCIAIS	2.367.233	1.579.677
PREVIDENCIA SOCIAL	1.697.809	1.117.942
FGTS	669.424	461.735
TOTAL	10.586.630	7.109.791

17. Cobertura de Seguros - Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa possuía cobertura de seguros de seus veículos.

18. Contingências Cíveis e Trabalhistas - Em 31 de dezembro de 2018, em conformidade com informações da assessoria jurídica da empresa, existem processos em diferentes fases de julgamento, versando sobre diversos assuntos, cujo grau de risco foi considerado Possível ou Provável de acordo com as definições previstas na Norma de Contabilidade - NBC TG 25 (R2), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, através da Resolução nº 2017/NBCTG25(R2), publicada em 22 de dezembro de 2017, os quais estão relacionados abaixo:

Discriminação	Valor	Probabilidade de Perda
Trabalhista		
Processos pleiteando equiparação salarial e verbas rescisórias.	57.079	Possível
Cível		
Processo pleiteando cobrança e obrigação de fazer.	1.700.000	Possível
Total	1.757.079	

19. Eventos Subsequentes - A Empresa avaliou a possibilidade de ocorrer ou não, posto que passível de análise recursal, a título de eventos a serem ocorridos após o encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2018, bloqueio judicial no montante de R\$ 1.720.820,00 oriundo de processo cível que pleiteia cobrança e obrigação de fazer, bem como a possibilidade de consolidação de um parcelamento tributário na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional relativo a processos da empresa incorporada CIAMAPAR, cuja obrigação equivale a R\$ 115.647,00 a ser paga em 60 parcelas a partir de janeiro de 2019. Ademais, não há eventos subsequentes significativos ocorridos até a data de autorização dessas demonstrações, que venham a ter efeitos relevantes e que requeiram a sua divulgação.

DANIEL VAZ DE SÁ RORIZ
Diretor Presidente
CPF: 508.644.852-87

Emerson Perkins L. de Assis
Diretor Administrativo - Financeiro
CPF: 405.407.742-00

Adriana Santos de Oliveira
Contador
CPF: 447.201.815-20
CRC BA 031727-0/T"AM"